



ARTIGOS

ADOCIMENTO DOCENTE, AVANÇO DAS DIREITAS E NECROPOLÍTICA NO BRASIL: REFLEXÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Rafael Baioni do NASCIMENTO

*Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes
Montes Claros, Minas Gerais – Brasil
baionirafael@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0391-4169>*

Belén DÍAZ

*Freie Universität Berlin
Berlin, Berlim - Alemanha
belen.diaz@fu-berlin.de
<https://orcid.org/0000-0002-9381-6193>*

Mônica Maria Teixeira AMORIM

*Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes
Montes Claros, Minas Gerais – Brasil
monica.amorim@unimontes.br
<https://orcid.org/0000-0002-3537-2686>*

RESUMO: Com o avanço das direitas no Brasil na última década, associado à necropolítica e biopolítica, pode-se observar entre os professores um crescente mal-estar. No presente artigo desenvolvemos um estudo teórico sobre esses fenômenos, começando por uma consideração histórica sobre o avanço das direitas no Brasil, e percorrendo conceitos e reflexões em torno das estratégias biopolíticas e necropolíticas de subjetivação. Apresentamos, igualmente, algumas reflexões sobre estratégias de resistência nos processos de formação docente com base no pensamento de Paulo Freire. As inferências obtidas a partir desse estudo apontam, entre outras questões, que a educação e a formação de professores constituem importantes espaços de disputa política na atualidade e que os corpos dos professores têm se mostrado um campo de batalha, a sofrer danos consideráveis, portanto demandando atenção e cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Direitas. Necropolítica. Adoecimento docente. Formação docente.

TEACHER MALAISE, RIGHT-WING ADVANCE AND NECROPOLITICS IN BRAZIL: REFLECTIONS FOR TEACHER TRAINING

ABSTRACT: With the advance of the right wing in Brazil in the last decade, associated with necropolitics and biopolitics, it is possible to observe a growing malaise among teachers. In this article, we offer a theoretical study of these phenomena, starting with a historical consideration of the right-wing success in Brazil and in the world, and covering concepts and reflections on biopolitical and necropolitical strategies of subjectivation. We also present some reflections about resistance strategies in teacher education processes based on Paulo Freire's thought. The inferences obtained from this study show, among other issues, that education and teacher training are important spaces of political dispute today and that teacher's bodies have proved to be a battleground, suffering considerable damage, thus demanding attention and care.

KEYWORDS: Rightwing. Necropolitics. Teacher malaise. Teacher training.

ENFERMEDAD DOCENTE, AVANCE DE LAS DERECHAS Y NECROPOLÍTICA EN BRASIL: REFLEXIONES PARA LA FORMACIÓN DE PROFESORES

RESUMEN: (ou RÉSUMÉ): Con el avance de las derechas en Brasil en la última década, asociado a la necropolítica y la biopolítica, es posible observar un creciente malestar entre los maestros. En este artículo, ofrecemos un estudio teórico de estos fenómenos, partiendo de una consideración histórica del éxito de las derechas en Brasil y el mundo y cubriendo conceptos y reflexiones sobre estrategias biopolíticas y necropolíticas de subjetivación. También presentamos algunas reflexiones sobre las estrategias de resistencia en los procesos de formación de profesores a partir del pensamiento de Paulo Freire. Las inferencias obtenidas de este estudio indican, entre otras cuestiones, que la educación y la formación de maestros son espacios importantes de disputa política en la actualidad y que los cuerpos de los maestros ha demostrado ser un campo de batalla, sufriendo daños considerables, por lo cual requieren atención y cuidado.

PALABRAS-CLAVE: Derechas. Necropolítica. Enfermedad docente. Formación de profesores.

Introdução

Com o avanço das direitas no Brasil na última década, e em especial após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, pode-se observar entre os professores um crescente mal-estar. O pânico moral criado pelas direitas em torno da transmissão da ideologia de gênero ou da doutrinação marxista, supostamente feitas por professores em sala de aula, adicionaram à já condição de desvalorização da profissão docente, em termos salariais e de prestígio, novas camadas de paranóia e vigilância. Podemos pensar a partir de autores como M. Foucault e A. Mbembe, que as novas direitas estão tentando mobilizar políticas de interpelação subjetiva dos estudantes e de deslegitimação tanto do movimento estudantil como dos professores, incluindo políticas que ameaçam a saúde e as condições de trabalho dos docentes.

Há uma falta de dados estatísticos abrangentes e sistemáticos sobre a saúde dos trabalhadores da educação nos últimos anos no Brasil, especialmente em relação à saúde mental, que nos permitam uma análise quantitativa do aumento do adoecimento docente nos últimos 5 anos, por exemplo, em paralelo com o avanço das direitas no país. Entretanto é possível inferir, senão um aumento, ao menos a confirmação da situação alarmante em que se encontra a questão, a partir de diversos estudos de escala local e de caráter qualitativo, como por exemplos os descritos em algumas revisões sistemáticas da literatura (HUNHOFF; FLORES, 2019, PENTEADO; NETO, 2019). Esses estudos focam o adoecimento docente, a partir, por exemplo, de estatísticas de afastamento de trabalho e entrevistas com professores, e concluem com frequência que boa parte dos professores se encontram mentalmente esgotados, deprimidos, ansiosos e acometidos por variadas doenças, que, segundo eles próprios, foram causadas ou favorecidas pelas más condições de trabalho.

No presente artigo apresentamos um estudo teórico sobre esses fenômenos, começando por uma consideração histórica e social sobre o avanço das direitas no Brasil e no mundo nas últimas décadas, e percorrendo uma apresentação de conceitos e reflexões em torno das estratégias biopolíticas e necropolíticas de subjetivação, com base nos autores citados, dentre outros. Em seguida trazemos algumas reflexões sobre estratégias de resistência nos processos de formação docente com base no pensamento de Paulo Freire. Por fim, indicamos nossas inferências, construídas a partir do conjunto de reflexões empreendidas.

Avanço das direitas no Brasil, na América Latina e no mundo

O rápido avanço das direitas em escala global tem atraído a atenção do público nos últimos anos. A crescente visibilidade e sucesso eleitoral de diversas forças de direita tem suscitado discussões complexas e acaloradas no meio acadêmico, em círculos políticos e na sociedade em geral. Apesar da natureza diversa desses debates, eles giram em torno de uma preocupação central comum: como é que os atores de direita conseguiram chegar no poder e porque eles têm recebido tanto apoio? Na terceira seção do presente estudo, iremos somar a esta uma questão relacionada à resistência: qual é o potencial emancipador da formação docente e da educação crítica para fazer face aos ataques múltiplos das direitas necropolíticas?

A eleição de Donald Trump em 2016 provocou comoção e desencadeou várias tentativas de explicação. A discussão predominante tem sido centrada nos Estados Unidos e na Europa. Acontecimentos marcantes foram a entrada de partidos de extrema-direita nos parlamentos, como a Frente Nacional (FN) na França, a Lega na Itália, VOX em Espanha e a Alternativa para a Alemanha (AfD), assim como a ascensão dos governos de Viktor Orbán na Hungria e de Andrzej Duda na Polônia. A mobilização racista de “pânicos morais” (COHEN, 2011) contra migrantes e refugiados se encontra no centro desses projetos reacionários. Pesquisadores especialistas em extrema-direita mostram também como os avanços de direitos resultado das demandas dos movimentos feministas e LGBT geraram reações conservadoras (MUDDE, 2019).

Após cada novo sucesso da direita, antigos debates sobre a democracia, o autoritarismo e o capitalismo ressurgem em contextos diferentes. Contudo, a produção acadêmica não tem levado necessariamente em conta a extensa literatura sobre os partidos de extrema-direita na Europa nos anos 1990, nem a pesquisa sobre os movimentos reacionários dos anos 1960 nos Estados Unidos. Muito menos tem sido considerada a produção teórica latino-americana de longa data sobre o autoritarismo, as direitas e as elites (HALMERS; SOUZA; BORÓN, 1992).

Esse estado da questão demonstra o eurocentrismo do debate teórico. Mesmo quando são incluídos casos como o do Partido do Povo Indiano (BJP) liderado por Narendra Modi, ou o do bolsonarismo no Brasil, eles são lidos a partir da experiência do Atlântico Norte. Portanto, não surpreende que Jair Bolsonaro tenha sido apelidado de “Trump dos trópicos”. A crítica colocada aqui não sugere que não existem semelhanças nos processos de radicalização das direitas ao redor do mundo. Antes, visa-se dimensionar os termos gerais e os impasses dos debates contemporâneos para oferecer uma abordagem que leve em conta as complexidades que atravessam as escalas múltiplas do local, o regional e o global.

No que diz respeito ao contexto latino-americano, é importante situar algumas considerações históricas e sociais das últimas décadas. A partir da virada do século, vários países do continente como a Venezuela, a Argentina, o Brasil, o Equador e a Bolívia elegeram governos com projetos políticos de centro-esquerda e esquerda: fenômeno que passaria a ser conhecido como “onda rosa”. A partir do ano 2014, esses governos sofreram derrocadas em resultado de vários fatores econômicos, políticos e sociais. Após o desmoronamento da “onda rosa”, a tese da renovação das direitas se espalhou no debate na América Latina, depois que vários líderes e movimentos políticos mostraram sinais de “aggiornamento” (FES-ILDIS, 2014).

Por exemplo, Mauricio Macri na Argentina ganhou em 2015 com uma imagem renovada, promovendo um discurso conciliatório que visava ser a antítese da alegada polarização causada pelo governo kirchnerista (VOMMARO, 2017). No entanto, a precarização das condições de vida desencadeada pelas suas medidas de austeridade atingiu níveis alarmantes e gerou mobilização social generalizada sob a sua administração. Assim, tornou-se claro que a tese de renovação que funcionava para caracterizar a campanha eleitoral e o início do seu mandato não se manteve para a suposta “nova direita” no governo. A inovação aplicava sobretudo para elementos discursivos e performativos, mas não foi possível identificar uma mudança substancial do núcleo ideológico neoliberal.

No Brasil, as “jornadas de junho” no ano 2013 marcaram o início de um ciclo de mobilizações que foram capitalizadas pelas direitas com o passar do tempo. Novos atores políticos como o Movimento Brasil Livre, Revoltados Online e Vem pra Rua promoveram mobilizações bem-sucedidas nas redes sociais, colocando a ênfase num discurso “anti-corrupção” e no fortalecimento do antipetismo. O impeachment de Dilma Rousseff em 2016 deu passo a uma época de transição sob o governo de Michel Temer que introduziu medidas neoliberais como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos (ROCHA; SOLANO, 2019).

No ano 2018, o impedimento à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva foi mais um indício da virada autoritária no Brasil. A campanha presidencial esteve caracterizada pela polarização social ao redor do sentimento antipetista e pela radicalização de direita em face da candidatura de Jair Bolsonaro. Uma aliança estratégica de setores neoliberais e neoconservadores foi chave para levar o ex-general da reserva ao Planalto, promovendo uma agenda que combina, por exemplo, a liberalização dos mercados com a defesa do racismo e da LGBTfobia. A partir do ano 2019, a radicalização no Brasil cristalizou-se no ataque generalizado aos direitos humanos, a destruição do meio-ambiente como política de Estado e o aprofundamento da crise sociopolítica e econômica.

Essa virada autoritária se baseia na deslegitimação das agendas de direitos e na desinstitucionalização dos órgãos encarregados de executá-las. Nesse sentido, vários analistas apontam que tem uma desdemocratização em curso que visa reverter as bases da Constituição de 1988 (BIANCHI et al, 2021). No contexto da pandemia, a campanha do presidente contra a vacinação, ligada a uma descredibilização aberta da ciência, tem realçado o caráter necropolítico do seu projeto de “deixar morrer” (MBEMBE, 2018). Na seção seguinte, aprofundaremos no debate conceitual sobre a “necropolítica”. Tanto as políticas neoliberais de precarização da vida como o ataque aos ativistas que promovem projetos emancipatórios, tais como o movimento negro e o movimento feminista, desvelam a face mais autoritária do atual governo brasileiro.

Nessa breve panorâmica da reconfiguração das forças de direita no Brasil e na região, não podemos esquecer a resistência dos setores populares e indígenas que foram nas ruas a partir de 2019 em países como o Equador, o Chile, a Colômbia, a Bolívia e o Brasil. O fato de a mobilização social ter sido recebida com níveis elevados de violência e repressão tornou claro que a forma como conceitualizamos as direitas latino-americanas tem de ser atualizada. As chamadas “novas direitas” já não mostram a sua face amigável. Por conseguinte, as abordagens teóricas do momento contemporâneo se baseiam em noções como “neoliberalismo autoritário” ou “necropolítica” e avaliam a pertinência do conceito de “neo-fascismo” (RAMÍREZ, 2019).

Para finalizar essa revisão dos acontecimentos mais recentes da guinada à direita, ressaltaremos dois elementos-chaves relacionados ao tema central do presente estudo. Primeiro, a precarização generalizada da vida provocada pelo governo Bolsonaro coloca em dúvida a ideia da educação como direito e coloca em risco a sua garantia que é o dever do Estado. A redução de gastos nas universidades federais responde a uma noção de educação neoliberal que não respeita o princípio da universidade pública, gratuita e de qualidade. Pelo contrário, o contingenciamento de gastos discricionários abre a porta para a privatização e fere, portanto, a autonomia do ensino superior. O projeto “Future-se” divulgado pelo ex-ministro de educação Abraham Weintraub em 2019, que foi rejeitado pelas universidades federais, é paradigmático dessa lógica neoliberal. Apoiadores desse tipo de políticas públicas, alinhados na direita, consideram que a redução do investimento público nas universidades é favorável porque gera mais eficiência mediante a abertura para o setor privado. Ligado a essa noção de eficiência, se encontra o princípio do empreendedorismo, que constitui um dos valores centrais fomentados pelas direitas neoliberais contemporâneas.

O segundo elemento tem a ver com a função da educação na sociedade. Já na campanha eleitoral, Bolsonaro pregava que tem que se combater a “ideologização” das crianças para recuperar não só o foco técnico da educação, mas sobretudo, os valores éticos e morais. A ideia de que professores de esquerda estariam “doutrinando” as crianças é o núcleo do discurso de direita que se repete ao redor do mundo para lutar contra o suposto “marxismo cultural”. Essa dimensão faz parte da articulação mais ampla de um antiesquerdismo ou anticomunismo que se baseia na construção estratégica de inimigos mediante pânico morais na disputa política. O projeto Escola Sem Partido apresenta um exemplo de como essa visão reacionária e antiemancipatória da educação consegue ter acolhida na sociedade porque mobiliza valores conservadores e medos no tocante à formação dos filhos. Depois de ter feito considerações históricas e sociais sobre o avanço das direitas no Brasil e no mundo, na seção seguinte, faremos um aprofundamento na abordagem teórica sobre a necropolítica, ideia bastante útil para refletir sobre os fenômenos contemporâneos aqui analisados.

Adoecimento docente e necropolítica no Brasil

Podemos dizer que a ideia de necropolítica é uma decorrência de outra anteriormente formulada: a biopolítica. Vamos expor aqui uma ideia bastante resumida e instrumental desta última, que foi desenvolvida em

detalhes por Foucault em seus cursos no Collège de France ministrados entre 1977 e 1979 (FOUCAULT 1999; 2008; 2008b). Basicamente a biopolítica é um tipo de exercício de poder que ganha corpo nos séculos XVIII e XIX na Europa, e depois no resto do mundo, que consiste no uso de diversos instrumentos e técnicas pelo Estado para se obter o controle de uma população. A noção de população é importante, porque ela significa uma ideia de natureza humana, de vida biológica, não separável das relações com o meio físico e social, uma natureza, portanto, que é produto da interação de inúmeras variáveis e que precisam ser manejadas em sua multiplicidade com o objetivo de obter resultados médios previsíveis e úteis.

Foucault faz uma espécie de periodização. Enquanto nos séculos XV e XVI o poder exercido pelo Estado se manifestava principalmente como a tentativa de controle dos súditos de um território por meio de leis, da imposição forçada dessas leis e de punições exemplares ao seu descumprimento, entre os séculos XVI e XVII o poder exercido pelo Estado vai passar cada vez mais a se utilizar de técnicas disciplinares (mais sutis, menos violentas) de controle minucioso dos corpos individuais, como a decomposição dos gestos, o exercício exaustivo, os prêmios, as punições, a vigilância etc. (FOUCAULT, 1987). Por fim, a partir do século XVIII o poder do Estado vai se manifestar cada vez mais como o controle de uma população através de inúmeros mecanismos atuando por exemplo na natalidade, na mortalidade, na alimentação, na saúde, na segurança, na educação etc. – esta seria a biopolítica. Se no poder soberano há um exercício de poder pela demonstração da força, que culmina, em última instância no direito do soberano de matar, de “fazer morrer e deixar viver”, no poder disciplinar e na biopolítica há uma tentativa de maximização da utilidade das vidas individuais (disciplina) ou de toda uma população (biopolítica), um poder de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287). Importante lembrar que para Foucault essas três formas de exercício do poder não se substituem simplesmente, mas se interpenetram e são de certo modo o desenvolvimento uma da outra (FOUCAULT, 2008, p. 142 e 143).

Sobre a biolítica, Foucault escreve: “O poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 295). Entende-se assim a escolha do nome: uma política de maximização e controle da vida. Isso não quer dizer, porém, que a morte estaria ausente do cálculo. Achille Mbembe vai propor a noção de necropolítica, bastante em voga e importante para nós aqui também, em face de uma insuficiência da noção de biopolítica de Foucault, mas não porque esta já não tratasse da morte. A necropolítica de Mbembe é uma gestão bastante particular da vida e da morte na contemporaneidade, sobre a qual falaremos melhor adiante, e que é complementar, não contraditória, com a ideia de biopolítica de Foucault (MBEMBE, 2018).

Essas diversas variáveis que a biopolítica procura manejar incluem a morte, “fazem viver”, mas também “deixar morrer”, e em dois sentidos fundamentais. O primeiro é que esse controle de variáveis inclui um controle sobre estatísticas de morte: “seu número de mortos, seu número de doentes, suas regularidades de acidentes” (FOUCAULT, 2008, p. 138). No campo da saúde, por exemplo, Foucault fala sobre como a biopolítica se exerce com um manejo de casos, riscos e crises, uma estratégia que se pergunta “[...] qual é o coeficiente de morbidade provável, ou de mortalidade provável, isto é, o que é normalmente esperado, em matéria de acometimento da doença, em matéria de morte ligada a doença, nessa população” (FOUCAULT, 2008, p. 81). Ele dá como exemplo a inoculação premeditada de varíola que ocorreu a partir de 1720, antes mesmo que o avanço da medicina pudesse entender o processo, e que depois culminaria na técnica de vacinação, ainda hoje utilizada: sabe-se que há um risco ao expor uma população artificialmente a uma doença, mas essa exposição controlada pode, no fim das contas, representar um menor número total de mortes ou de incapacitação (FOUCAULT, 2008, p. 76 e 77). Em síntese: a biopolítica considera aceitável provocar a morte de algumas pessoas quando o resultado final é um número menor de mortes no total.

O segundo sentido em que a noção de biopolítica de Foucault inclui um manejo da morte (e que é, de certo modo, algo já mais próximo da noção de necropolítica de Mbembe) tem a ver com a forma com que esse risco é calculado e quem é afetado negativamente nessas “apostas”. Foucault argumenta que foi o racismo que permitiu que a biopolítica se exercesse como, de um lado, um fazer proliferar a vida e controlar seus destinos, e de outro, assassinar e deixar morrer. Desde a colonização e o genocídio colonizador (FOUCAULT, 1999, p. 307), mas também em suas diferentes formas, que vão além da ideia tradicional de raça e incluem toda ideia de superioridade biológica ou evolutiva de um grupo ou tipo sobre outro, o que inclui o preconceito dirigido a doentes mentais, criminosos, adversários políticos (FOUCAULT, 1999, p. 313), outras classes sociais, mulheres, “perversos” etc., ou seja, Foucault já demonstra que essa população não é homogênea e que há uma diferença na valorização da vida de uns em comparação com outros.

No decorrer dos cursos em torno da biopolítica dados por Foucault no Collège de France o foco estará realmente na maximização da vida, talvez porque a realidade que Foucault tinha contato era sobretudo a de uma social-democracia em um país como a França da segunda metade do século XX. Por exemplo, quando ele fala especificamente sobre educação, o quadro que ele descreve é um quadro em que a vida não está ameaçada. Ele fala dos “investimentos educacionais” como estratégias biopolíticas de formação de “capital humano”. Diz que essa educação vai muito além do “aprendizado escolar ou profissional”, mas envolve também o tempo que os pais consagram aos filhos, “os cuidados proporcionados”, “o nível de cultura dos pais” e “o conjunto dos estímulos culturais recebidos por uma criança” (FOUCAULT, 200b, p. 315 e 316). Entende-se que esse capital humano pode ser maior ou menor, mas a vida não é colocada diretamente em risco. Ele está descrevendo um processo de manejo de uma população para a maximização da utilidade da vida. Podemos nos perguntar, entretanto se essa dimensão descreve bem o papel da educação no tipo de governo dos corpos que se dá atualmente no Brasil? O que queremos fazer aqui rapidamente é usar essas ideias para pensar nossa realidade atual através e para além delas.

Quando pensamos a educação em um nível idealizado, na forma como ela deveria se dar em um estado democrático de direito, como aparece em nossa Constituição ou em boa parte da nossa legislação educacional, podemos até pensar o Brasil como um Estado que põe em ação uma biopolítica – já em si criticável, pela instrumentalização da vida e pelas assimetrias nas relações de poder que produz. Porém, quando pensamos na realidade educacional brasileira, nas salas lotadas e sem recursos em que a aprendizagem significativa é quase impossível, na violência presente no cotidiano das escolas, na interação com a polícia e com o tráfico de drogas, na remuneração dos professores e nas suas condições de trabalho, que se refletem em suas jornadas intensas de trabalho e na sua saúde cada vez mais debilitada, podemos vislumbrar que o que está em jogo aí talvez não seja da ordem de uma biopolítica, mas de uma necropolítica.

Por isso é importante retomarmos o fio já presente em Foucault no tocante ao racismo, em seu sentido ampliado, e entendermos como Mbembe irá desenvolvê-lo. Em seu ensaio *Necropolítica* (2018), Mbembe enfatiza essa diferença de tratamento sobre as populações racializadas, tanto na história colonial, quanto em outras formas mais modernas, como nas guerras e nos genocídios do século XX, no Apartheid, na ocupação da faixa de Gaza, nas políticas de imigração etc., que também podem ser entendidas como coloniais, em sentido ampliado. De forma muito resumida, o que Mbembe enfatiza é que em diversos momentos da história do ocidente o que está em jogo na administração do poder é “definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é”. (MBEMBE, 2018, p. 41). Ideia que, também com base em Foucault, encontramos em Judith Butler, por exemplo, na noção de “vidas precárias”, segundo a qual em nossa história algumas vidas são “passíveis de luto” e outras não (BUTLER, 2019). Tanto Mbembe, como Butler, defendem que aquilo que pode ser interpretado como uma fatalidade histórica ou um erro de cálculo, do ponto de vista

de uma concepção racional de Estado – a gestão do terror, da violência e da morte – é na verdade uma ferramenta central das políticas de Estado, desde pelo menos o período colonial, mas que assume atualmente esse caráter de um estado de exceção permanente, mesmo em países centrais, em que as regras de um estado democrático de direito estão continuamente sendo colocadas em suspenso quando se trata da vida de pessoas marcadas por raça, gênero, localização geopolítica etc.

O avanço das direitas no Brasil e no mundo está em consonância direta com essa produção de um estado de exceção permanente, do avanço da necropolítica. As representações que as novas direitas colocam em circulação são fatalistas do ponto de vista das possibilidades de transformação do capitalismo e são representações paranoicas dos outros – inimigos variáveis de acordo com a necessidade. Ao mesmo tempo em que as novas direitas defendem que temos que abrir mão de direitos trabalhistas e previdenciários, por exemplo, se quisermos combater o desemprego, elas elegem figuras marcadas (racializadas, generificadas etc.) como causadoras do problema e como ameaças a serem combatidas: os imigrantes roubando empregos, os esquerdistas corruptos, as feministas e as pessoas LGBT destruindo as famílias, os criminosos amorais etc.

Lembremos que a ideia de racismo em Foucault é ampliada, para além da noção tradicional de raça, incluindo a orientação política. Essa noção será compartilhada por Mbembe (2018, p.21) que, ao tratar do genocídio nazista, nos diz que esse processo foi parcialmente facilitado pelos estereótipos racistas e pela expansão “de um racismo de classe que, ao traduzir os conflitos sociais do mundo industrial em termos racistas, acabou comparando as classes trabalhadoras e o ‘povo apátrida’ do mundo industrial aos ‘selvagens’ do mundo colonial”.

É com base nessas ideias que podemos pensar a biopolítica e a necropolítica intentada pelas novas direitas, e realizada, por exemplo, no governo Bolsonaro, como racistas e coloniais, mesmo quando dirigidas a uma classe de trabalhadores – os/as professores/as – que, a rigor, pode ser constituída de pessoas de todos os tipos. É porque grande parte dos professores vem das classes trabalhadoras, são mulheres, muitas vezes negras, que suas vidas valem tão pouco em termos de remuneração e condições de trabalho. E essas vidas são ainda mais ameaçadas quando paira sobre elas o “espectro do comunismo”, isto é, quando as professoras e os professores estão alinhados politicamente à esquerda, ou quando, mesmo sem um alinhamento político claro, estão simplesmente lutando por melhores condições de trabalho. Basta lembrar da violência policial e da constante desvalorização desses profissionais em pronunciamentos à imprensa por parte de governadores em períodos de greve, e dos ataques paranóicos por parte de congressistas e outros legisladores em projetos de lei à moda do “Escola sem partido”.

Dentre as estratégias que as novas direitas utilizam uma das mais efetivas atualmente são as fakenews, a veiculação massiva de mentiras com o objetivo de criar um pânico moral na população. Trata-se de uma manipulação do interesse coletivo para fins instrumentais, como Foucault já dizia: “Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la” (FOUCAULT, 2008, p. 95). Acontece que esse governo da população sempre envolve um cálculo de probabilidades e envolve assumir riscos que recaem sobre corpos específicos, racializados e marcados por relações coloniais, como aponta Mbembe. Os inimigos eleitos são ora os professores comunistas, ora as feministas e os movimentos LGBT com “kits gays” e “mamadeiras de piroca”, ora os “bandidos”, em geral negros pobres, já vilipendiados no imaginário social pelo jornalismo policial sensacionalista. As novas direitas mexem com certos desejos da população (como ódios, inseguranças, medos, etc.) fazendo um cálculo de que isso será favorável a seus interesses, ainda que o resultado disso seja o Brasil continuar enquanto país do genocídio da população negra jovem na periferia das grandes cidades,

campeão em número de feminicídios e transfeminicídios, de violação de direitos indígenas, etc. Bolsonaro estar no poder agora envolveu manipular vários medos, inseguranças e ódio da população, em especial o antipetismo. Mas a que preço? E quais são as vidas que são continuamente colocadas em risco? Não caberia analisar aqui o impacto da necropolítica do governo Bolsonaro na gestão da pandemia de Covid-19, mas basta mencionar que no momento em que escrevemos este artigo o número de mortos já passou dos 600 mil.

É nesse contexto que precisamos pensar na piora das condições de trabalho, no adoecimento docente e em estratégias de resistência possíveis no trabalho de formação de professores. Esse contexto de sofrimento constante, essa condição permanente de “viver na dor”, como diz Mbembe (2018, p. 68), não é uma fatalidade, é um projeto, de enfraquecimento da vida que resiste e de retirada do poder emancipador da educação. Foucault e Mbembe não utilizariam talvez esse termo, emancipação, pela sua raiz iluminista, mas a utilizaremos aqui seguindo a trilha de Paulo Freire, que não carregava, de forma alguma, esse ranço iluminista. Entenda-se emancipação aqui, portanto, como estratégias de resistência dessa população marcada em um contexto de relações de poder desfavorável – não como a possibilidade de uma exterioridade em relação às relações de poder. Precisamos pensar o adoecimento docente não como uma questão isolada de saúde individual ou de uma categoria, mas como uma guerra por poder que é travada também nos corpos dos professores.

Estratégias de resistência no trabalho de formação docente

A resistência, segundo Foucault (1988, p. 91), é a contraparte do poder. Se para ele o poder não se exerce em bloco, nem apenas em uma direção, não simplesmente se possui ou transmite, mas se compõe de múltiplas instâncias agindo em direções variadas, com diferentes intensidades e por diferentes atores sociais, inclusive de forma por vezes contraditória; o mesmo acontece com a resistência. Ela não é uma única posição, um método, um determinado conteúdo, mas diferentes mecanismos de funcionamento postos em ação. Em suas palavras, por exemplo, os pontos de resistência são “móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e remodelando-os” (FOUCAULT 1988, p. 92).

Se a saúde dos professores se encontra ameaçada por políticas que contribuem para tornar mais difíceis as condições de trabalho dos docentes, e que avançam no sentido de colocar a vida dos professores em risco durante a pandemia, como resistir? Entendemos ser esta uma questão complexa e sobre a qual os processos formativos de docentes, ainda que nos seus limites de atuação, não podem deixar de tratar. Consideramos que a formação docente constitui um processo complexo e permanente que se dá ao longo da vida em diferentes espaços sociais e, não apenas, em espaços escolares (LIMA, 1995), mas nos dirigimos aqui, de modo específico, a processos institucionalizados de formação de professores e nos atemos, de modo especial, a cursos de formação inicial e continuada de docentes.

Entendemos que se a biopolítica e a necropolítica impõem condições mais difíceis de trabalho aos professores e intensificam um quadro de adoecimento docente, os processos formativos desses profissionais podem e devem constituir-se em espaços de reflexão crítica sobre o contexto de atuação docente, orientados por uma perspectiva emancipatória. Nessa direção, a partir das contribuições de Paulo Freire, nos propomos a refletir sobre estratégias de resistência no trabalho de formação docente. As estratégias obviamente não constituem “receitas” de como agir, mas passam, ao nosso ver, por saberes que devem orientar as práticas pedagógicas desses cursos de formação que se pretendam comprometidos com uma educação emancipatória.

Dentre tais saberes aqui destacamos aqueles que, indicados por Freire, têm pavimentado nossa caminhada de resistência, têm conduzido nossos trabalhos enquanto formadores de professores. Freire (2001, p.58), em "A Educação da Cidade", já nos ensinava que "Ninguém nasce educador", a gente se faz educador, "se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática". A reflexão crítica sobre a prática se coloca na esteira desses saberes que aqui designamos enquanto saberes da resistência. Observamos, no exercício cotidiano da docência, em espaços de formação inicial e continuada de professores, que "pensar e fazer a formação docente" enquanto um processo de reflexão crítica e permanente sobre a prática mostra-se fundamental. Reflexão essa que envolve busca de unidade entre teoria-prática, em outras palavras, envolve o cuidado em pensar a própria prática em diálogo com teorias produzidas de modo a não cair no ativismo (ênfase na prática em detrimento da teoria) ou em uma sobreposição de teorias à prática. (FREIRE, 1996).

Entendemos, ainda, tratar-se de reflexão que se dirige para compreensão da complexidade do real, dos limites e possibilidades de nosso fazer, incluindo "a denúncia de como estamos vivendo e o anúncio de como poderíamos viver" (FREIRE, 2000, p.119). Daí porque, a partir das contribuições de Freire, não é possível pensar essa formação sem que os docentes e/ou futuros docentes, igualmente, possam projetar os "sonhos", vistos não como quimeras, mas enquanto "projetos pelos quais se luta". E adverte Freire (2000, p.124): "Sem sonho e sem utopia, sem denúncia e sem anúncio, só resta o treinamento técnico a que a educação é reduzida".

Nesse sentido, consideramos que enquanto saber de resistência a reflexão crítica sobre a prática se soma à necessária clareza que devemos ter em torno de nossos projetos. Faz parte de nossa resistência ter um horizonte que nos guia – problematizar para que e para quem educar, a favor de que/quem e contra o que/quem educar. E faz parte desse processo a compreensão de que nosso fazer não é neutro. Como bem assinala Freire (1996, p.125), para que a educação fosse neutra era necessário "que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores a serem encarnados".

E nossa resistência se faz, também, pela assunção da esperança, ou seja, para nosso horizonte nos movemos entendendo a esperança enquanto verbo, tal qual concebe Freire (1996). O saber da esperança que nos anima é, no nosso entendimento, saber de resistência, e a formação docente, inspirada pelas reflexões de Freire, deve se fazer suscitando o esperar – porque somos seres da esperança. É necessário aclarar "que a desesperança não é maneira de estar sendo natural do ser humano, mas distorção da esperança". Isso porque não somos seres da desesperança, "não sou primeiro um ser da desesperança a ser convertido ou não pela esperança. Eu sou, pelo contrário, um ser da esperança que, por 'n' razões, se tornou desesperançado" (FREIRE, 1996, p.81).

A esperança que nos move está impregnada de uma compreensão da história como devir, porque a história está sendo essa, mas não tem inexoravelmente que assim ser, já dizia Freire (1996). O autor assinala o necessário reconhecimento de que somos seres condicionados genética, cultural e socialmente, mas não seres determinados porque "a história é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me reiterar, é problemático e não inexorável" (FREIRE, 1996, p. 11. Grifos do autor).

A reflexão crítica sobre a prática, a problematização em torno de nossos projetos, o entendimento de que nosso fazer não é neutro, o esperar, e a compreensão da história como devir, são saberes que extraímos das reflexões de Freire, e que nos subsidiam no exercício cotidiano de resistência a todo um contexto de deterioração das nossas condições de trabalho. E reconhecemos como saberes que devem orientar as práticas pedagógicas de cursos de formação que se pretendam comprometidos com uma educação emancipatória.

Ademais, são saberes que se aliam à necessária rebeldia, já que, para o autor é na rebeldia diante das injustiças que nos afirmamos, e não na resignação. E explicita:

Uma das questões centrais com que temos de lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo. A rebeldia é ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de superação, no fundo, o nosso sonho. (FREIRE, 2000, p. 37).

A rebeldia está ligada à um saber que para Freire é fundamental, qual seja: “mudar é difícil, mas é possível” e, nessa direção, é imprescindível ler a realidade, entender o que se dá “no campo do invisível nas políticas de subjetivação que, atuando sobre nossos corpos, produzem subjetividades conformadas, pessoas com a vontade enfraquecida, a resistência frágil, a identidade posta em dúvida, a autoestima esfarrapada”. (FREIRE, 2000, p. 47).

O que a biopolítica e a necropolítica fazem conosco e com nossa formação? Em meio ao adoecimento e à prevalência de processos formativos dirigidos para o treinamento, nos propomos à resistência. Resistência que nos mantém vivos, em nossa vocação para “ser mais”. E resistimos, entre outras estratégias, inspirados pelos diálogos com Freire, por saberes que desses diálogos emergem e que nos permitem pensar e fazer a formação docente orientada pela lógica da emancipação e dirigida para a construção de um mundo diferente, de mais justiça e amorosidade. Obviamente que se trata de uma resistência que se faz e deve se fortalecer no trabalho coletivo, nos sindicatos, nos movimentos sociais, em trabalhos de extensão emancipatória (e não assistencialista), na pesquisa, no ensino, no diálogo com o mundo, com os outros e com saberes diversos.

A título de conclusão

Neste trabalho tentamos apresentar um breve panorama do avanço das direitas no Brasil, para nos questionarmos a respeito dos impactos desse quadro na vida e na saúde dos professores. Tentamos entender como esse impacto pode ser lido à luz dos conceitos de biopolítica de Michel Foucault e de necropolítica de Achille Mbembe, e verificar de que forma esses conceitos nos ajudam a entender que a saúde e a doença dos professores pode ser um elemento dentro de estratégias mais amplas de poder. Por fim, nos perguntamos também sobre estratégias de resistência em face de estratégias de poder de provocam o adoecimento docente, e para isso buscamos referência no pensamento e na obra de Paulo Freire.

As inferências obtidas a partir desse estudo apontam, entre outras questões, que o avanço das direitas no Brasil e no mundo tem tornado ainda mais acirradas as disputas políticas em torno da educação e da formação. Nesse contexto, os corpos dos professores tem se mostrado um campo de batalha, a sofrer danos consideráveis, demandando especial atenção e cuidado. Nesse sentido, a construção de processos de formação docente alinhados com a emancipação constituem caminho de resistência e devem passar, entre outros saberes apontados por Freire, pela reflexão crítica sobre a prática, pelo esperar e pela convicção de que a mudança é possível. Trata-se de uma formação que se dirija para a problematização do real e a defesa intransigente da vida, do planeta e dos direitos humanos, o combate a preconceitos, a construção cotidiana da democracia e a aposta numa sociedade mais justa e solidária

REFERÊNCIAS

BIANCHI, B., CHALOUB, J., RANGEL, P., & WOLF, F. O. (Orgs.). **Democracy and Brazil**:collapse and regression. New York: Routledge/Taylor & Francis Group, 2021.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. São Paulo: n-1 edições, 2019.

CHALMERS, D. A., SOUZA, M. C. C.; BORÓN, A. (Orgs.). **The right and democracy in Latin America**. New York: Praeger, 1992.

COHEN, S. **Folk devils and moral panics**: The creation of the Mods and Rockers. Routledge, 2011.

FES-ILDIS (Orgs.). **Nueva Sociedad (254)**:los rostros de la derecha en América Latina. Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no *Collège de France* (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no *Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no *Collège de France* (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**:cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HUNHOFF, H.; FLORES, C. R. Adoecimento psíquico do trabalha(dor) docente na perspectiva da psicodinâmica do trabalho: revisão bibliográfica integrativa. **Revista Psicologia em Foco**, Frederico Westphalen, v. 12, n. 17, p. 45-63, dez. 2020.

LIMA, M. L. R. L. **A memória educativa no projeto de formação de professores do Ensino Superior**: o fazer é sobretudo criação. São Paulo, FaE/ Universidade de São Paulo, 1995. (Tese, Doutorado em Educação).

MBEMBE, A. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUDDE, C. **The far right today**. Cambridge, Medford: Polity, 2019.

PENTEADO, R. Z.; NETO, S. S. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do

professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde Soc.** São Paulo, v.28, n.1, p.135-153, 2019.

RAMÍREZ, F. La pendiente neoliberal: ¿neo-fascismo, post-fascismo, autoritarismo libertario? In: GUAMÁN, A. H.; MATÍN, S.; ARAGONESES, A. (Orgs.), **Neofascismo**: La bestia neoliberal, 2019.

SOLANO, E.; ROCHA, C. (Orgs.). **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil (1a edição). São Paulo: Expressão Popular, 2019.

NASCIMENTO, R. B.; DÍAZ, B.; AMORIM, M. M. T.; Adoecimento docente, avanço das direitas e necropolítica no Brasil: reflexões para a formação de professores. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**. Belo Horizonte. Vol. 14, nº. 31 (p. 31-44) 31 dez. 2022. ISSN: 2176-4360. DOI <https://doi.org/10.31639/rbfp.v14i31.643>

